

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

06.2018.00003371-7

Constatação de que o servidor João Maria de Moraes utilizou, sem autorização e em proveito próprio, o caminhão da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Lages – ato de improbidade administrativa elencado no art. 9º, inciso XII, da Lei n. 8.429/92 – Comparecimento no trabalho apenas para pegar o caminhão – perdimento dos bens e valores acrescidos ilícitamente e pagamento de multa civil.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
por seu Promotor de Justiça Jean Pierre Campos, titular da 5ª
Promotoria de Justiça de Lages, e o Sr. **JOÃO MARIA DE
MORAES**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**.

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (CF, art. 37);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público e à moralidade administrativa (art. 25, IV, "b", LONMP e art. 82, IV, "d", LOMPSC);

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta ou indireta, assim como todos os seus servidores, devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado, no âmbito da 5ª Promotoria de Justiça de Lages, o **Inquérito Civil n. 06.2018.00003371-7**, com a finalidade de apurar a notícia de que o servidor público municipal, **JOÃO MARIA DE MORAES**, no exercício de suas funções, supostamente teria subtraído e/ou se apropriado de um veículo pertencente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Lages e/ou ,enfim, usou referido veículo para finalidade diversa da pública;

CONSIDERANDO que durante as investigações levadas a efeito no referido procedimento, efetivamente constatou-se que **JOÃO MARIA DE MORAES**, no dia 15 de dezembro de 2017, utilizou, sem autorização e em proveito próprio, o caminhão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, percorrendo aproximadamente 8,9 km com o referido veículo;

CONSIDERANDO, ainda, que no dia dos fatos o investigado apenas compareceu ao local de trabalho pela manhã, justamente para pegar o caminhão, sendo que, na sequência, saiu do local e passou a utilizar o bem em proveito próprio;

CONSIDERANDO que o art. 9º, inciso XII, da Lei n. 8.429/92 prevê que "*constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: [...]. XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei*";

CONSIDERANDO que, no caso em apreço, não se pode afastar o dolo da conduta do servidor **JOÃO MARIA DE MORAES**, consistente no desiderato firme de utilizar o bem público em proveito próprio e em desatenção às determinações de seus superiores hierárquicos;

CONSIDERANDO que a Lei 7.347/85 dispõe em seu art. 5º, § 6º, que "*Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial*";

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Estadual n. 197/00 em seu artigo 89 dispõe que: "*o órgão do Ministério Público, nos inquéritos civis ou nos procedimentos administrativos preparatórios que tenha instaurado, e desde que o fato esteja devidamente esclarecido, poderá formalizar, mediante termo nos autos, compromisso do responsável quanto ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, ou das obrigações necessárias à integral reparação do dano, que terá eficácia de título executivo extrajudicial*";

CONSIDERANDO que o artigo 25, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ estabelece que "*o Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração*";

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 25 do Ato n. 395/2018 estabelece que "**é cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado**", sendo que o art. 1º, § 2º da Resolução n. 179/2017 do CNMP possui o mesmo teor.

CONSIDERANDO, enfim, que "*a celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso*" consoante dispõe o art. 25, § 3º, do Ato n. 395/2018/PGJ;

RESOLVEM

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24.07.85, art. 25, § 2º, do Ato n. 395/2018/PGJ e art. 1º, § 2º da da Resolução n. 179/2017 do CNMP mediante os seguintes **TERMOS**:

TÍTULO I – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA 1ª. O COMPROMISSÁRIO assume a OBRIGAÇÃO DE PAGAR ao MUNICÍPIO DE LAGES o montante de **R\$ 46,97** (quarenta e seis reais e noventa e sete centavos) – valor este atualizado até 30/7/2018 de acordo com o índice adotado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina – que será cumprida a título de **perdimento dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio**¹, em decorrência da utilização do caminhão pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos (valor do combustível utilizado no trajeto percorrido²) somado à remuneração recebida pelo dia não trabalhado.

§ 1º. O valor previsto no *caput* deverá ser recolhido em conta bancária pertencente ao **MUNICÍPIO DE LAGES** [Banco do Brasil - Agência n. 0307-7 - Conta Corrente n. 7595-7 – CNPJ n. 82.777.301/0001-90 (OBS. O DEPÓSITO DEVERÁ SER IDENTIFICADO)], devendo o COMPROMISSÁRIO apresentar comprovantes de depósito/transferência.

§ 2º. Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para a realização do referido pagamento.

CLÁUSULA 2ª. O COMPROMISSÁRIO assume a OBRIGAÇÃO DE PAGAR ao FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS o montante de **R\$ 140,91** (cento e quarenta reais e noventa e um centavos) que será cumprida a título de imposição de multa civil³ - considerada no patamar de três vezes (3x) o acréscimo patrimonial indevido.

§ 1º. Os valores previstos no *caput* deverão ser recolhidos mediante guias que serão emitidas por esta Promotoria de Justiça e depositados em favor do FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA⁴, devendo o COMPROMISSÁRIO apresentar comprovante de depósito/transferência.

¹ Lei n. 8.429/92: Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver [...].

² **Considerando que o caminhão utilizado percorre 2,5 km com 1L de combustível (diesel).**

³ Lei n. 8.429/92: Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9º [...] **pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial** [...].

⁴ **Lei n. 7.347/85: Art. 13.** Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. **Resolução n. 179/2017 do CNMP: Art. 5º** As indenizações pecuniárias referentes a danos a direitos ou interesses difusos e coletivos, quando não for possível a reconstituição específica do bem lesado, e as liquidações de multas deverão ser destinadas a fundos federais, estaduais e municipais que tenham o mesmo escopo do fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/1985. **Ato 395/2018/PGJ/MPSC: Art. 29.**

§ 2º. Fica estabelecido que o pagamento referido no *caput* será realizado em três parcelas, sendo que a primeira com vencimento em 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 3ª. O COMPROMISSÁRIO, desde a assinatura do presente instrumento, assume a OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER, consistente em não mais utilizar os veículos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos sem autorização e em proveito pessoal, reconhecendo expressamente, desde já, que a violação da presente cláusula implicará constatação de dolo e má-fé, passível de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa.

TÍTULO II – DAS SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

CLÁUSULA 4ª. Para o caso de descumprimento injustificado das obrigações assumidas nas cláusulas 1ª e 2ª, fica ajustada a MULTA PESSOAL ao COMPROMISSÁRIO **no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), por dia de atraso**, que será devida independentemente de notificação e passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo da execução judicial do principal e acessórios, em caso de inadimplemento fica o COMPROMISSÁRIO advertido que o presente título executivo poderá ser levado a protesto.

CLÁUSULA 5ª. Para o caso de descumprimento da obrigação assumida na cláusula 3ª, fica ajustada a MULTA PESSOAL ao COMPROMISSÁRIO de R\$ 5.000,00 [cinco mil reais], que será devida independentemente de notificação e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA.

§1º. Sem prejuízo da execução judicial da multa fixada no *caput*, em caso de inadimplemento fica o COMPROMISSÁRIO advertido que o presente título executivo poderá ser levado a protesto.

§2º. A imposição e execução da multa prevista no *caput* da presente cláusula não afasta a responsabilidade cível, criminal e administrativa do COMPROMISSÁRIO.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 6ª. O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao convencionado no presente TERMO contra O COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 7ª. O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

CLÁUSULA 8ª. O presente termo de ajustamento é apenas garantia mínima e não limite máximo de responsabilidade, não impedindo que sejam instauradas novas investigações caso constatadas ilicitudes conexas ao fato investigado e/ou que os valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do COMPROMISSÁRIO são superiores aos até agora apurados.

CLÁUSULA 9ª. As partes elegem o foro da Comarca de Lages/SC para dirimir eventuais questões decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e dos arts. 25 e ss do Ato n. 395/2018/PGJ.

Lages/SC, 06 de setembro de 2018.

Jean Pierre Campos
Promotor de Justiça

João Maria de Moraes
Compromissário

Maryna Batalha Nerbass
Assistente de Promotoria de Justiça
Testemunha